



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA
ESTADO DE SÃO PAULO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026

EDITAL DE CHAMAMENTO DE INTERESSADOS PARA CREDENCIAMENTO

CHAMAMENTO PÚBLICO PARA CREDENCIAMENTO DE PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA DA ÁREA DA EDUCAÇÃO PARA ATENDIMENTO PROFISSIONAL PARA ATUAR COM ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ OU SURDOCEGUEIRA, CONFORME DEMANDA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

E-mail: licitaitaporanga@yahoo.com, para dúvidas, etc.

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a Prefeitura Municipal de Itaporanga - SP realizará Procedimento Auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, fundamentado na hipótese de **INEXIGIBILIDADE** prevista no art. 74, IV, da Lei nº 14.133/2021, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dos Decretos Municipais nº 3.616/24 e 3.623/24, Portaria nº 014 de 09 de janeiro de 2026 e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Início de recebimento dos documentos de habilitação: A partir das **08h** do dia **06/10/2026**.

Referência de tempo: horário de Brasília (DF).

Local: Sala de Licitações, Paço Municipal localizado na Rua Pedro Alcântara de Moraes, 1060, Centro, Itaporanga SP ou através do E-mail: licitaitaporanga@yahoo.com.

Valor estimado: R\$ 102.330,00 (cento e dois mil trezentos e trinta reais).

DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública para sorteio da ordem de classificação acontecerá no dia **19 de outubro de 2026 as 09h** na Sala de Reuniões do Paço Municipal, localizado na Rua Sebastião Pedro Montesião, 1060, Centro.

O credenciamento terá vigência de 12 (doze) meses, podendo a qualquer tempo os interessados se credenciar para participação.

1 - DO OBJETO:

a) O objeto da presente licitação é o recebimento da documentação relativa à habilitação das empresas interessadas no **Chamamento público para credenciamento de pessoa física ou jurídica da área da educação para atendimento profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdocegueira, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital com as características constantes do **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**.

b) O presente credenciamento deverá atender à demanda ofertada, mediante a formalização de CONTRATO entre **CREDENCIADA** e **CREDENCIANTE**, **o que não obriga o Município em contratar em sua totalidade os serviços**.

c) Ao cumprir as disposições do presente edital, a interessada será declarada **CREDENCIADA**, estando apta, portanto, a formalizar eventual contrato com a **CREDENCIANTE**, cabendo a esta efetuar a convocação para tal, observando as necessidades do Município bem como a disponibilidade orçamentária.

d) Os quantitativos e valores previstos são estimativos. A efetiva execução do objeto dependerá da demanda da Administração, não havendo garantia de utilização integral dos quantitativos ou valores estimados.

1. A **CREDENCIANTE** poderá adequar as solicitações às suas necessidades, observados os limites da contratação e as condições estabelecidas no Termo de Referência.

2. As **CREDENCIADAS** deverão atender às solicitações previamente autorizadas pela **CREDENCIANTE**, nos locais, prazos e condições estabelecidos no Termo de Referência.

3. O Município disporá de um período de até 15 (quinze) dias para proceder à revisão e ajuste dos valores a serem realocados em decorrência da adesão de novas empresas que almejem se credenciar durante a vigência do presente Chamamento Público.

**2 - DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:**

- a) Poderão participar da presente licitação as empresas interessadas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, autorizadas na forma da lei, que atendam às exigências de habilitação deste edital.
- b) Será vedada a participação:
1. De empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com todos os órgãos e entidades da Administração Pública em geral, nos termos da Lei 14.133/21;
 2. Empresas punidas com impedimento de licitar e contratar ou declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos dos arts. 155 e 156 da Lei nº 14.133/2021;
 3. Sob a forma de consórcio.
 4. Que não possuam infraestrutura e pessoal técnico específicos para a prestação dos serviços.
- c) A documentação exigida para habilitação deve ser enviada por e-mail ou apresentada em envelope lacrado e com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPORANGA SP
INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 - CHAMAMENTO PÚBLICO
ENVELOPE “1” – HABILITAÇÃO e CREDENCIAMENTO
(razão social do proponente – CNPJ)

3 - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

- a) As despesas provenientes da presente Licitação serão cobertas com recursos disponíveis nas dotações orçamentárias:

02 11 EDUCAÇÃO**02 11 14 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO****12 361 0013 2043 0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL****341 3.3.90.36 05 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA****344 3.3.90.39 05 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA**

4 - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE “DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO”: As empresas interessadas no credenciamento deverão apresentar o envelope de Habilitação com os seguintes documentos abaixo relacionados:

a) HABILITAÇÃO:

1 - Habilitação Jurídica: comprovação da constituição e regularidade da empresa, conforme sua natureza jurídica, mediante apresentação dos documentos devidamente registrados no órgão competente, conforme o caso, sendo: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, para empresário individual, sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) e filiais; Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, para MEI; ato constitutivo registrado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, para sociedades simples; ata de fundação, estatuto social e respectivo registro, na forma da Lei nº 5.764/1971, para cooperativas; e decreto de autorização, para empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País. **Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da consolidação respectiva.**

2 - Regularidade fiscal e trabalhista:

- a) - Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**, conforme o caso;
- b) - Prova de regularidade fiscal perante a **Fazenda Nacional**, mediante apresentação de **certidão expedida conjuntamente** pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751/2023, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- c) - Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (**FGTS**);



d) - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

e) - Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa;

1 - **No caso de empresas do Estado de São Paulo a certidão deverá ser expedida pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO e não pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.**

f) - Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débito Municipal de sua sede**, referente a tributos mobiliários;

g) - Caso o interessado seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que apresente restrição, assegurado o prazo legal para regularização, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

3 - Qualificação Econômico-Financeira.

a) - Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, na hipótese de não constar data de validade na certidão a mesma deverá ser com data de expedição inferior a 90 (noventa) dias;

1 - Caso o interessado esteja em recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser comprovado o acolhimento do plano de recuperação judicial ou a homologação do plano de recuperação extrajudicial, conforme o caso. Referido Plano deverá ser apresentado junto da documentação de habilitação.

4 - DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

a) - Declarações subscritas por representante legal da interessada, elaboradas em papel timbrado, atestando:

1. Modelo de Proposta de Adesão - **ANEXO II.**

2. Declaração Conjunta Conforme - **ANEXO III.**

3. Declaração de Optante do Simples Nacional - **ANEXO IV (Se for o caso).**

4. CPF e RG dos Sócios.

5 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

a) Diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras, ou;

b) Diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras, ou;

c) Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

6 – HABILITAÇÃO PARA PESSOA FÍSICA:

a) Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (**CPF**) e Carteira de Identidade Nacional (**RG**) do profissional técnico;

b) - Certidão Negativa de Débitos Tributários Estaduais ou Certidão Positiva de Débitos com efeitos de Negativa;

1 - **No caso de empresas do Estado de São Paulo a certidão deverá ser expedida pela PROCURADORIA GERAL DO ESTADO e não pela Secretaria da Fazenda e Planejamento do Estado de São Paulo.**

c) Certidão Negativa de Débitos ou Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de **Débito Municipal de sua sede**, referente a tributos mobiliários;

d) Comprovante de Endereço;

f) DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

1. Declarações subscritas por representante legal da licitante, elaboradas em papel timbrado, atestando:

a) Modelo de Proposta de Adesão - **ANEXO V.**

b) Declaração Conjunta Conforme - **ANEXO VI.**

g – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:



1. Diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras, ou;
2. Diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras, ou;
3. Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

b) Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabela de Notas ou cópia **ACOMPANHADA DO ORIGINAL** para autenticação pelo Agente de Contratação.

c) As empresas deverão apresentar todas as certidões fiscais, ainda que sejam positivas de débitos.

d) Os documentos poderão ser enviados por meio do e-mail licitaitaporanga@yahoo.com, desde que as cópias estejam devidamente autenticadas digitalmente e os demais documentos que exijam assinatura estejam assinados digitalmente.

5 - DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO.

a) Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões;

b) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, serão aceitas como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação;

c) Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

d) Caso o interessado pretenda que um de seus estabelecimentos, que não o participante desta licitação, execute o futuro contrato, deverá apresentar toda documentação de ambos os estabelecimentos;

e) O agente de contratação poderá efetuar diligência na Internet junto aos sites dos órgãos expedidores a fim de verificar a veracidade dos documentos obtidos por este meio eletrônico.

6 - DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO:

a) Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar o edital por irregularidade na aplicação da Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos.

b) A impugnação ou pedido de esclarecimento deverá ser protocolizado no Paço Municipal, situado na Rua Pedro Alcântara de Moraes, 1060, Centro ou realizado por forma eletrônica, através do e-mail: licitaitaporanga@yahoo.com.

c) A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será enviada via e-mail no prazo de até 3 (três) dias úteis.

d) Acolhida a impugnação, será definido novos termos e publicada novo edital ou retificação do mesmo.

e) O Agente de Contratação responderá aos pedidos de esclarecimentos e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

f) As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

g) A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo Agente de Contratação, nos autos do processo.

7 - DOS RECURSOS:

a) Das decisões proferidas pelo Agente de Contratação, decorrentes do presente, caberão os recursos previstos no art. 165, da Lei nº 14.133/21 e suas alterações.

b) Uma vez proferido o julgamento e decorrido o tempo hábil para interposição de recursos, ou tendo havido desistência expressa, ou após o julgamento daqueles interpostos, será encaminhado ao Prefeito Municipal para a competente deliberação.



8 - DA ENTREGA E DA FORMA DE PAGAMENTO:

- a) A prestação dos serviços deverá ser realizada de acordo com o Termo de Referência (**ANEXO I**) deste edital.
- b) O pagamento será feito pelo MUNICÍPIO DE ITAPORANGA em até 30 (trinta) dias, após apresentação do Documento Fiscal, devidamente conferido e liberado pelo setor responsável através de crédito em conta corrente cabendo à contratada fornecer conta bancária de qualquer instituição financeira para recebimento de seus créditos.
- c) As notas fiscais/fatura que apresentarem incorreções serão devolvidas à contratada para correção suspendendo o pagamento.

9 - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO:

- a) Constatadas irregularidades na execução contratual, o contratante poderá:
 1. Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.
 2. Se disser respeito à diferença de quantidade ou de partes, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

10 - DA CONTRATAÇÃO:

- a) As contratações decorrentes deste credenciamento constituem mera expectativa de direito, sendo formalizadas mediante assinatura de contrato, observadas as necessidades da Administração e a disponibilidade orçamentária.
- b) Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da credenciada perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, a Administração verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- c) Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a credenciada será notificada para, no prazo de 02 (dois) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata a alínea “b” deste item, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, pena de a contratação não se realizar.
- d) Quando a credenciada, convocada não apresentar a situação regular de que trata a alínea “b” deste item, ou se recusar a assinar o termo, fica caracterizada a desistência.
- e) A credenciada convocada deverá assinar o contrato no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período mediante justificativa aceita pela Administração.

11 - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- a) A interessada ou credenciada responderá pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, inclusive quando, sem justificativa aceita pela Administração:
 1. Deixar de apresentar a documentação exigida para o credenciamento ou para a contratação;
 2. Não manter a proposta de adesão, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 3. Deixar de celebrar o contrato quando regularmente convocada;
 4. Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;
 5. Retardar injustificadamente a execução do objeto;
 6. Apresentar declaração ou documentação falsa;
 7. Praticar ato fraudulento ou ilícito relacionado ao credenciamento ou à execução do contrato.
- b) Pela prática de infração administrativa poderão ser aplicadas, conforme o caso e nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, as seguintes sanções:
 1. Advertência;
 2. Multa;



3. Impedimento de licitar e contratar;
4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- c) O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a contratada à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor dessa parcela.
- d) Quando o atraso injustificado ultrapassar 30 (trinta) dias ou ficar caracterizada a inexecução da parcela, a Administração poderá aplicar multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, sem prejuízo das demais medidas legalmente cabíveis.
- e) Caso seja aplicada a multa compensatória prevista na alínea “d”, o valor da multa moratória eventualmente apurada pelo mesmo fato e sobre a mesma parcela será abatido da multa compensatória, de modo que a soma das duas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor da parcela.
- f) Na aplicação das sanções serão consideradas a natureza e a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos causados à Administração, observados os critérios e limites estabelecidos na Lei Federal nº 14.133/2021.
- g) A aplicação de sanção será precedida de processo administrativo, assegurados à interessada ou contratada o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos e prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
- h) A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, quando cabível, observadas as disposições legais e a vedação de dupla penalização pecuniária pelo mesmo fato.
- i) Após decisão administrativa definitiva, a multa poderá ser descontada dos valores eventualmente devidos à contratada ou cobrada pelos meios legalmente cabíveis.
- j) A aplicação das sanções previstas neste item não afasta a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
- k) As notificações relativas à apuração de infrações e à aplicação de sanções poderão ser encaminhadas ao endereço eletrônico informado pela interessada ou contratada, sem prejuízo da utilização de outros meios de comunicação admitidos pela legislação aplicável.

12 - DA VIGÊNCIA:

- a) O prazo de vigência do Contrato gerado através do presente Credenciamento será de 12 (doze) meses contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/21.

13 - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

- a) As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da participação dos interessados, respeitada a igualdade de oportunidade entre as interessadas e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- b) Das sessões públicas serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Agente de Contratação e Equipe de Apoio.
- c) O resultado do presente certame será divulgado no endereço eletrônico <https://www.itaporanga.sp.gov.br/portal/diario-oficial>.
- d) Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital, cujo pedido deverá ser protocolizado no setor de protocolos da Prefeitura Municipal de Itaporanga.
- e) Os casos omissos serão resolvidos pela Administração Municipal, por intermédio do Agente de Contratação, observada a legislação vigente.
- f) Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca de Itaporanga, Estado de São Paulo.
- g) Qualquer dúvida, esclarecimentos e outros poderão ser esclarecidos através do e-mail: licitaitaporanga@yahoo.com.

ANEXOS:

ANEXO I – Especificação do objeto/termo de referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de adesão; (Pessoa Jurídica)

ANEXO III – Declaração Conjunta; (Pessoa Jurídica)

ANEXO IV – Declaração de Optante do Simples Nacional; (Pessoa Jurídica)



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

ANEXO V – Modelo de Proposta de adesão; (Pessoa Física)

ANEXO VI – Declaração Conjunta; (Pessoa Física)

ANEXO VII – Minuta do Contrato;

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, 05 DE OUTUBRO DE 2026.

FABIO BRUNO GURGEL BENINI

Prefeito Municipal

ANDERSON EDUARDO IZAC

Oficial Administrativo
Agente de Contratação



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO I - ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO/TERMO DE REFERÊNCIA

1 – OBJETO: Chamamento público para credenciamento de pessoa física ou jurídica da área da educação para atendimento profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdocegueira, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação, conforme quantidade e especificações constantes no item 02 abaixo.

2 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário*	Valor Total
01	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00
02	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00

Descrição: Para o alcance dos objetivos da Educação Especial, serão disponibilizados aos estudantes com deficiência auditiva e com surdez ou surdo-cegueira matriculados na Pré-escola e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, em sala de aula regular e em todos os espaços de aprendizagem em que se desenvolvem atividades escolares os seguintes profissionais:

I– Tradutor e intérprete: o profissional que traduz e interpreta de uma língua de sinais para outra língua de sinais ou para língua oral, ou vice-versa, em quaisquer modalidades que se apresentem.

II – Guia-intérprete: o profissional que domina, no mínimo, uma das formas de comunicação utilizadas pelas pessoas surdocegas.

§ 1º A atividade profissional de tradutor, intérprete e guia-intérprete de Libras – Língua Portuguesa é realizada em qualquer área ou situação em que pessoas surdas ou surdo-cegas precisem estabelecer comunicação com não falantes de sua língua em quaisquer contextos possíveis.”

O exercício da profissão de tradutor, intérprete e guia-intérprete é privativo de:

I – Diplomado em curso de educação profissional técnica de nível médio em Tradução e Interpretação em Libras;

II – Diplomado em curso superior de bacharelado em Tradução e Interpretação em Libras – Língua Portuguesa, em Letras com Habilitação em Tradução e Interpretação em Libras ou em Letras – Libras;

III – Diplomado em outras áreas de conhecimento, desde que possua diploma de cursos de extensão, de formação continuada ou de especialização, com carga horária mínima de 360 (trezentas e sessenta) horas, e que tenha sido aprovado em exame de proficiência em tradução e interpretação em Libras – Língua Portuguesa.

* - Valor máximo aceito.

2.1 – DA SESSÃO PÚBLICA: A sessão pública para sorteio da ordem de classificação acontecerá no dia **19 de outubro de 2026 as 09h** na Sala de Reuniões do Paço Municipal, localizado na Rua Sebastião Pedro Montesião, 1060, Centro.

- Os demais interessados em se credenciarem após a sessão pública para sorteio da ordem de classificação entrarão no final da classificação, respeitando a data de entrega dos documentos para o credenciamento.

3. LOCAL E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO:

3.1. PRAZO DE EXECUÇÃO: 24 (vinte e quatro) horas semanais conforme solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

3.2. LOCAL DE EXECUÇÃO: Escolas da Rede Municipal de Ensino de Itaporanga-SP conforme indicação da Secretaria Municipal de Educação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO: O contratado deverá atender aos requisitos de habilitação estabelecidos na Lei Federal n.º 14.704/23.



5. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO: O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Itaporanga/SP em até 30 (trinta) dias após a realização do serviço, mediante a apresentação da nota fiscal, devidamente conferida e assinada pelo responsável pelo acompanhamento e Secretário competente, anexando-se a comprovação da prestação do serviço, com o respectivo empenho elaborado pelo setor de contabilidade, correspondente à atividade executada e de acordo com as especificações do objeto.

6. DAS AMOSTRAS: Não se aplica.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. Prestação de Serviços Específicos.

- **Atendimento Especializado:** Realizar o atendimento profissional aos estudantes com deficiência auditiva, surdez ou surdo-cegueira, conforme a demanda e as especificidades indicadas pela Secretaria Municipal de Educação. Isso pode incluir:
 - **Intérpretes e Guias-Intérpretes de Libras:** Atuar na interpretação e tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para garantir a comunicação e o acesso ao currículo e às informações em circulação no ambiente escolar e em eventos.
 - **Profissionais de Apoio à Educação Bilíngue:** Quando aplicável, atuar como profissional de apoio à educação bilíngue para surdos, facilitando a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes.
 - **Outros Profissionais da Educação Especial:** Atuar em Atendimento Educacional Especializado (AEE), com foco em eliminar barreiras e promover a participação plena dos estudantes.
 - **Acompanhamento e Avaliação:** Participar do planejamento, acompanhamento e avaliação das atividades desenvolvidas com os estudantes, em colaboração com a equipe escolar e, quando for o caso, com o CEMAEE - Centro Municipal De Atendimento Educacional Especializado.
 - **Elaboração de Relatórios:** Apresentar relatórios periódicos (bimestrais, por exemplo) sobre o progresso dos estudantes atendidos, seus avanços e as barreiras ainda não superadas, em consonância com o Plano de AEE individualizado.

7.2. Qualificação e Capacitação Profissional:

- **Manutenção da Habilitação:** Assegurar que os profissionais designados para o atendimento possuam a qualificação técnica e as certificações exigidas no edital (ex: diploma de graduação, certificação em Educação Especial, Libras, etc.).
- **Participação em Formações:** Participar obrigatoriamente das formações, capacitações e encontros promovidos pela Secretaria Municipal de Educação ou pelas Diretorias Regionais de Educação, visando aprimorar o atendimento e as práticas pedagógicas.
- **Atualização de Conhecimento:** Manter-se atualizado sobre as metodologias e abordagens mais adequadas para o atendimento a estudantes com deficiência auditiva, surdez e surdo-cegueira.

7.3. Conduta e Responsabilidades:

- **Ética e Sigilo:** Exercer a profissão com rigor técnico, zelando pelos valores éticos, pelo respeito à pessoa humana e à cultura do surdo-cego, e protegendo o direito de sigilo da informação recebida.
- **Fidelidade ao Contrato:** Executar o contrato fielmente, de acordo com as cláusulas, termos de referência e demais anexos do edital.
- **Disponibilidade:** Estar disponível para atender a demanda da Secretaria Municipal de Educação, dentro dos horários e condições estabelecidos.
- **Comunicação Efetiva:** Viabilizar a interação e a participação efetiva dos estudantes nas diferentes situações de aprendizagem e interação no contexto escolar, informando à comunidade escolar sobre as formas mais adequadas de comunicação.
- **Regularidade Fiscal e Trabalhista:** Manter a regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária, conforme exigido pela legislação e pelo edital de credenciamento.
- **Não Subcontratação Indevida:** Não subcontratar o objeto contratado sem autorização expressa da Administração, e, caso autorizado, permanecer com a responsabilidade integral pela perfeita execução contratual.

7.4. Outras Obrigações:

- **Observância às Normas:** Cumprir todas as leis, regulamentos e normas aplicáveis à educação especial e à contratação pública.



- Comprovação de Condições: Comprovar a condição especial declarada no ato da inscrição no momento da celebração do contrato.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 8.1. Assegurar-se da boa prestação dos serviços, verificando sempre o seu bom desempenho;
- 8.2. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, através de servidor especialmente designado, inclusive quanto à continuidade da prestação dos serviços, que ressalvados os casos de força maior, justificados e aceitos pelo contratante, não devem ser interrompidas;
- 8.3. Permitir o acesso dos empregados da contratada, quando necessário, para execução dos serviços inerentes ao contrato e prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela contratada;
- 8.4. Efetuar o pagamento devido à Contratada, na forma estabelecida neste Termo, após a emissão e aceitação da Nota Fiscal Eletrônica;
- 8.5. Notificar, por escrito, a Contratada na ocorrência de eventuais falhas no curso de execução do contrato, aplicando, se for o caso, as penalidades cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA DE ADESAO

Observação: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel impresso da empresa.

A empresa, inscrita no CNPJ sob o nº....., sediada à, bairro, Município de, por seu representante legal o Sr., inscrito sob o CPF nº. e RG nº:, domiciliado na, e-mail vem por meio desta e de acordo com o ANEXO I do Edital da INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itaporanga, para executar os serviços descritos no presente edital.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00
02	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00

Declaro, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital e, especialmente que possui estrutura para prestar os serviços previstos no Edital, e que aceita prestar todos os serviços pelos valores constantes da tabela prevista no Anexo I.

Apresento documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação do Agente de Contratação.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser remetidas ao:

Email:

Telefone:

O pagamento deverá ser realizado através da seguinte conta:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

RG:

Termos em que, Pede deferimento.

....., ... de de

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

A empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador), no uso de suas atribuições legais, vem:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta de que leu, esta de acordo e conhece todas as cláusulas do edital deste Processo Licitatório.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpre plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que **É (ou não) MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, nos termos do enquadramento previsto na **Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006**, cujos termos declaro conhecer na íntegra.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que está em situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da Constituição Federal, e, para fins do disposto no inciso VI do Artigo 68 da Lei n. 14.133/2021, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesesseis anos.

RESSALVA, emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistem qualquer fato impeditivo à sua participação na licitação citada, que não foi declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que se compromete a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

DECLARAR, que o contratante poderá fazer toda comunicação referente à execução do presente processo como notificação, pedido etc. Por meio eletrônico no endereço e-mail: _____ Telefone _____.

DECLARAR, que os SÓCIOS DA EMPRESA São:

(Nome e CPF de todos os sócios), e o SÓCIO ADMINISTRADOR é (Nome e CPF do sócio administrador conforme contrato social ou equivalente), conforme exigido pelo TCE – TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

DECLARAR, que está ciente do Decreto Municipal nº 3.623/24 e da Lei Federal nº 13.709/2018 e se comprometerem a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais de que tenha acesso.

Por ser verdade assina o presente.

....., ... de de

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade



PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO IV – DECLARAÇÃO DE OPTANTE DO SIMPLES NACIONAL

Ilmo. Sr.

A empresa (Razão Social da Empresa), estabelecida na (endereço completo), inscrita no CNPJ sob n., neste ato representada pelo seu (representante/sócio/procurador) no uso de suas atribuições legais, vem: **DECLARAR** para fins de não incidência na fonte do IRPJ, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins), e da Contribuição para o PIS/Pasep, a que se refere o art. 64 da Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

Para esse efeito, a declarante informa que:

I – preenche os seguintes requisitos:

- a) conserva em boa ordem, pelo prazo de 5 (cinco) anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovam a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem como a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;
- b) cumpre as obrigações acessórias a que está sujeita, em conformidade com a legislação pertinente;

II – o signatário é representante legal desta empresa, assumindo o compromisso de informar à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à pessoa jurídica pagadora, imediatamente, eventual desenquadramento da presente situação e está ciente de que a falsidade na prestação dessas informações, sem prejuízo do disposto no art. 32 da Lei nº 9.430, de 1996, o sujeitará, com as demais pessoas que para ela concorrem, às penalidades previstas na legislação criminal e tributária, relativas à falsidade ideológica (art. 299 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal) e ao crime contra a ordem tributária (art. 1º da Lei nº 8.137, de 27 de dezembro de 1990).

Por ser verdade assina o presente.

....., ... de de

Razão Social da Empresa
Nome do responsável/procurador
Cargo do responsável/procurador
N. do documento de identidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026**INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO****ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA DE ADESÃO**

Observação: Este modelo deverá ser copiado na forma e na íntegra em papel impresso da empresa.

Eu, portadora do CPF:....., RG: domiciliada na, bairro, Município de, venho por meio desta e de acordo com o ANEXO I do Edital da INEXIGIBILIDADE - CHAMAMENTO PÚBLICO, solicitar o Credenciamento, junto à Prefeitura Municipal de Itaporanga, para executar os serviços descritos no presente edital.

Item	Quant.	Unid.	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00
02	1.500	Hora	01 (um) profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdo-cegueira.	R\$ 34,11	R\$ 51.165,00

Declaro, sob as penalidades da lei, preencher, nesta data, todas as condições exigidas no Edital e, especialmente que possui estrutura para prestar os serviços previstos no Edital, e que aceita prestar todos os serviços pelos valores constantes da tabela prevista no Anexo I.

Apresento documentos, declarando expressamente a concordância com todas as condições apresentadas no Edital e ciência de que o pedido de Credenciamento poderá ser deferido ou indeferido, segundo a avaliação do Agente de Contratação.

As intimações e comunicações decorrentes deste requerimento poderão ser remetidas ao:

Email:

Telefone:

O pagamento deverá ser realizado através da seguinte conta:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Responsável pela assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

RG:

Termos em que, Pede deferimento.

....., ... de de

Nome

CPF

RG



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026

INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO

ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu, portadora do CPF:....., RG: domiciliada na,
bairro, Município de, venho:

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta de que li, estou de acordo e conheço todas as cláusulas do edital deste Processo Licitatório.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que cumpro plenamente aos requisitos de habilitação.

DECLARAR, para fins de participação no processo licitatório em pauta, sob as penas da Lei, que inexistirá qualquer fato impeditivo à minha participação na licitação citada, que não fui declarada inidônea pela Administração Pública de qualquer esfera, ou suspensão de contratar com a Administração, e que me comprometo a comunicar a ocorrência de fatos supervenientes.

DECLARAR, que o contratante poderá fazer toda comunicação referente à execução do presente processo como notificação, pedido etc. Por meio eletrônico no endereço e-mail: _____ Telefone _____.

DECLARAR, que está ciente do Decreto Municipal nº 3.623/24 e da Lei Federal nº 13.709/2018 e se comprometerá a adequar todos os procedimentos internos ao disposto na legislação, com o intuito de proteger os dados pessoais de que tenha acesso.

Por ser verdade assina o presente.

....., ... de de

Nome
CPF
RG

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO****ANEXO VII – (MINUTA DO CONTRATO)****CONTRATO Nº****TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI O MUNICÍPIO DE ITAPORANGA E A EMPRESA**

O **MUNICÍPIO DE ITAPORANGA**, situado na Rua Pedro Alcântara de Moraes, 1060, Centro, inscrito no CNPJ sob o nº 46.634.408/0001-16, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. e a **CONTRATADA**:, firmam o presente Termo de Contrato na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO**.

Os contratantes enunciam as seguintes cláusulas e condições que regerão o contrato em harmonia com os princípios e normas da legislação aplicável à espécie, especialmente a Lei Federal nº 14.133/21, que as partes declaram conhecer, subordinando-se, incondicional e irrestritamente, às suas estipulações.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO, VALOR E CONDIÇÕES.

1 – DA DESCRIÇÃO DO OBJETO: Chamamento público para credenciamento de pessoa física ou jurídica da área da educação para atendimento profissional para atuar com estudantes com deficiência auditiva e surdez ou surdocegueira, conforme demanda da Secretaria Municipal de Educação.

Item	Descrição	Unid.	Quant.	Valor Unitário	Valor Total

a) O valor total global do presente contrato é de **R\$** (...).

2 – DOS SERVIÇOS: Os serviços deverão ser realizados de acordo com as normas do Edital de **INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO** e todos os seus anexos, e cláusulas constantes no presente contrato respeitando todas as condições e prazos estabelecidos.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS RESPONSABILIDADES

1. A **CONTRATADA** compromete-se a manter, durante a vigência do presente contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório.

2. A **CONTRATADA** é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

1. O Município, durante a vigência do contrato, solicitará os serviços contratados, na cláusula primeira, mediante Pedido de Empenho emitido pelo setor responsável.

2. O Pedido de Empenho e toda comunicação referente à execução do contrato como notificação, pedidos etc. será realizado por meio eletrônico no endereço da **CONTRATADA**:, a qual deverá confirmar o recebimento no prazo de 1 (um) dia. Caso prefira, a autorização poderá ser retirada no Setor de Compras do Município, à Rua Pedro Alcântara de Moraes, 1060, centro na cidade de Itaporanga SP, no prazo de 1 (um) dia, contado a partir da convocação.

a) O prazo para confirmação do recebimento ou para retirada do Pedido de Empenho poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela **CONTRATADA** durante seu transcurso e desde que ocorra motivo justificado.

3. A **CONTRATADA** responsabilizar-se-á pela adequada execução do objeto e deverá corrigir as irregularidades apontadas pela fiscalização, na forma e nos prazos estabelecidos no Termo de Referência, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.

**CLÁUSULA QUARTA – DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO E PAGAMENTO**

1. O pagamento será realizado pelo Município de Itaporanga em até 30 (trinta) dias após a realização dos serviços e apresentação do Documento Fiscal, devidamente conferido e liberado pelo setor responsável, através de depósito em conta corrente: **Banco:___, Agência nº:___, Conta Corrente nº: ___,** conforme fornecido pela **CONTRATADA**.
2. As notas fiscais/faturas serão conferidas pelos departamentos responsáveis antes de serem pagas. As notas fiscais que apresentarem incorreções serão devolvidas à **CONTRATADA** para que corrija e as apresente em perfeitas condições para serem conferidas e aprovadas, passando a correr o prazo para pagamento nos termos previstos no item 1.
3. No documento fiscal deverão constar a descrição do objeto executado, os valores unitários e totais, quando aplicáveis, e os números do processo administrativo e do contrato correspondentes (**INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO**).

CLÁUSULA QUINTA – DA DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL

1. Fica integrado a este Contrato, independente de transcrição os seguintes documentos cujos teores são de conhecimento da **CONTRATADA**: edital de licitação na modalidade **INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO** e seus anexos, atas da sessão de credenciamento e processamento do Processo Licitatório, homologação do processo licitatório e legislação pertinente à espécie.
2. Será incorporada a este contrato, mediante alteração qualquer modificação que venha a ser necessária durante a sua vigência.

CLÁUSULA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. A **CONTRATADA** responderá pelas infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quando der causa à inexecução parcial ou total do contrato, retardar injustificadamente a execução do objeto, apresentar documentação ou declaração falsa ou praticar ato ilícito relacionado à contratação.
2. Pela prática de infração administrativa, poderão ser aplicadas à **CONTRATADA**, conforme a natureza e a gravidade da conduta, as seguintes sanções, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:
 - a) advertência;
 - b) multa;
 - c) impedimento de licitar e contratar;
 - d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
3. O atraso injustificado na execução do objeto sujeitará a **CONTRATADA** à multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 20% (vinte por cento) do valor dessa parcela.
4. Quando o atraso injustificado ultrapassar 30 (trinta) dias ou ficar caracterizada a inexecução da parcela, a **CONTRATANTE** poderá aplicar multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor da parcela não executada, sem prejuízo das demais medidas legalmente cabíveis. Caso seja aplicada a multa compensatória, o valor da multa moratória eventualmente apurada pelo mesmo fato e sobre a mesma parcela será abatido da multa compensatória, de modo que a soma das duas não ultrapasse 20% (vinte por cento) do valor da parcela.
5. A aplicação das sanções considerará a gravidade da infração, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes e atenuantes e os danos causados à Administração, observados os limites e demais critérios da Lei Federal nº 14.133/2021.
6. A aplicação de qualquer sanção será precedida de processo administrativo, assegurados à **CONTRATADA** o contraditório e a ampla defesa, observados os procedimentos e prazos previstos na Lei Federal nº 14.133/2021.
7. Após a decisão administrativa definitiva, a multa poderá ser descontada dos valores devidos à **CONTRATADA** ou cobrada pelos meios legalmente cabíveis. A aplicação da sanção não afasta a obrigação de reparar integralmente os danos causados à Administração.
8. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, quando cabível, observadas as disposições legais e vedada a dupla penalização pecuniária pelo mesmo fato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA



1. As despesas provenientes da presente Licitação serão cobertas com recursos disponíveis nas dotações orçamentárias do orçamento municipal:

02 11 EDUCAÇÃO

02 11 14 SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

12 361 0013 2043 0000 MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL

341 3.3.90.36 05 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA

344 3.3.90.39 05 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA

CLÁUSULA OITAVA – DA FISCALIZAÇÃO

1. O **MUNICÍPIO DE ITAPORANGA** Designa o servidor _____ (ou quem vier a substituí-los), encarregado da fiscalização e acompanhamento da execução do objeto e responsável pela gestão do presente contrato, durante sua vigência.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA

1. O prazo de vigência do presente contrato será de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado se houver interesse de ambas as partes, obedecido o disposto da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTE

1. Em caso de prorrogação do contrato o valor unitário será reajustado mediante aplicação da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), observadas as condições previstas no edital de credenciamento.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL

1. Art. 138. A extinção do contrato poderá ser:

- a) determinado por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

§ 1º A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.

§ 2º Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

II - pagamento do custo da desmobilização.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PUBLICAÇÃO.

1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, no prazo previsto na Lei nº 14.133/21 Art. 94 A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

1 - O foro competente para toda e qualquer ação decorrente do presente contrato é o Foro de Itaporanga, do Estado de São Paulo.

E, por estarem justas e contratadas, assinam as partes o presente instrumento, em duas vias de igual teor, obrigando-se por si e sucessores para que surta todos os efeitos de direito, o que dão por bom, firme e valioso.

MUNICÍPIO DE ITAPORANGA, ... DE DE



MUNICÍPIO DE ITAPORANGA
CONTRATANTE

CONTRATADA



PREFEITURA MUNICIPAL DE

ITAPORANGA

Trabalhando o presente, construindo o futuro!

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 167/2026
INEXIGIBILIDADE Nº 026/2026 – CHAMAMENTO PÚBLICO
TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONTRATANTE: _____
CONTRATADO: _____
CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____
OBJETO: _____
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do “Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP”, nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme “Declaração(ões) de Atualização Cadastral” anexa (s);
- e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:

Nome: _____
Cargo: _____
CPF: _____
Assinatura: _____



Pela contratada:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____

Assinatura: _____

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.